

A MULHER E AS RELAÇÕES DE PODER

Maria Lucia de Fatima Barbosa Pirauá

Juíza de Direito e Presidenta do IBDFAM /AL

Todo individuo exerce alguma influência sobre o meio social em que vive, ao tempo em que sofre também influência desse meio; a vida social, necessidade básica dos seres humanos, é uma constante troca de bens e serviço. Todos podem exercer alguma influência política e, desde que tomem consciência disso, não podem se omitir sob pena de se tornarem cúmplices dos que impõem uma ordem injusta.

E as mulheres, ao longo da sua história têm demonstrado essa conscientização e capacidade de luta em busca de mudanças sociais, obtendo, muitas vezes, resultados que pareciam impossíveis de conseguir.

É com esse poder adquirido pela confiança e pela competência na realização dos fins coletivos que a mulher vem conquistando seu espaço. Não o poder de impor sua própria vontade contra qualquer resistência, mas o poder político de conscientizar, de participar e de transformar.

No entanto, o acesso das mulheres ao poder político não é compatível com sua influência em outras esferas da vida, nós ainda constituímos uma minoria nos diversos níveis onde são tomadas as decisões, embora sejamos mais de 50% (cinquenta por cento) da força de trabalho mundial.

Políticas governamentais em áreas como saúde, educação, emprego, habitação e transportes causam profundo impacto sobre as mulheres que precisam ser co-responsáveis por essas tomadas de decisões.

Decidir sobre assuntos de interesses comuns é sempre um ato de poder e traz conseqüências boas ou más para a vida social, e por isso é um direito e um dever de todos lutar constantemente para que um maior número de mulheres participe das decisões políticas.

ROSE MARIE MURARO, ao analisar a evolução do poder observa que no início da existência humano o poder não compreendia a supremacia do homem e nem da mulher, havia, então, um rodízio de lideranças e todos tinham vez e voz, não existia a noção do individualismo, os interesses do grupo vinham acima dos interesses pessoais.

Quando o homem tornou-se guerreiro e começou a lutar para obter mais terras e mais alimentos, a autoridade passou a ser exercida pela força física, e a competição, a agressão e o individualismo tornaram o poder um privilégio pessoal.

Mas o século XX trouxe a revolução das mentalidades em busca da participação e da igualdade que em nosso país tornou-se lei com a Constituição de 1988.

E as mulheres foram fundamentais para essa revolução, e são as principais agentes desse processo porque preservam valores de solidariedade, cuidado e partilha, valores esses desqualificados no mundo competitivo, pois as classes dominantes vivem a infringi-los sem qualquer pudor.

A mulher então, com a participação política que vem conquistando faz, e precisa continuar fazendo, esse trabalho de conscientização e formação de novas mentalidades na própria família, onde as crianças e os adolescentes possam perceber que há rodízio de lideranças, que as coisas são decididas pelo diálogo e por consenso e que o exercício do poder deve ser um serviço e não um privilégio.

Dáí estão surgindo o novo homem e a nova mulher que através dos movimentos sociais, da participação efetiva, atenta e transformadora contagiam grande parte da sociedade, constroem novas estruturas e mudam progressivamente e de maneira definitiva as relações de poder.

Bibliografia

Muraro, Rose Marie – A mulher no terceiro milênio – Ed. Rosa dos Tempos